



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 846/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1522/2015 (5 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Edson de Oliveira Andrade, Diretor Presidente, à época.

6- Unidade Técnica: DICA – Relatório Conclusivo nº 25/2016 (fls. 926/994).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4373/2016–MPC–CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 996/998).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. FCECON. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas.
Recomendações à Origem. Quitação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS, a Prestação de Contas Anual da Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Edson de Oliveira Andrade**, Diretor-Presidente da FCECON, nos termos do art. 22, II, da Lei Orgânica desta Corte;

9.2- RECOMENDAR à origem, que:

a) Adote as providências necessárias no sentido de implementar um efetivo Controle Interno;

b) Atente às disposições da Legislação de Direito Financeiro;

c) Observe com maior rigor às exigências trazidas pela Lei nº. 8.666/93;

d) Atente para as determinações contidas nas Leis, Resoluções e a Lei Orgânica, deste Tribunal de Contas, que norteiam as regras das contas públicas, no intuito de melhor atender as exigências para o devido processo de prestação de contas;

e) Cumpra as recomendações contidas neste relatório/voto, alertando que o descumprimento poderá ensejar irregularidade nas prestações de contas futuras;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 846/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Por fim, **DAR QUITAÇÃO** ao gestor Senhor **Edson de Oliveira Andrade**.
10- Data da Sessão: 11 de Outubro de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral